

## MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na Avenida das Américas, nº 500 Bloco 14 Loja 108 Sala 207 e 208 – Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil e manutenção industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio, para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (c) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.
- (d) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos, e
- (e) A participação como acionista ou quotista, em outras companhias ou sociedades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Infraestrutura (antiga Construção), Edificações (antiga Jahu) e Rental. As descritivas de cada divisão estão mencionadas na nota 32.

As informações contábeis contidas nessas Demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2014.

#### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

## 2.1. Base de apresentação

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (Nota 4 e 33);
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 4 e 33);

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### d) Resultado por segmento de negócio

O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração.

### e) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (dividendos recebidos, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.2. Principais práticas contábeis

### (i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

### (ii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### (iii) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são representados por não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são classificados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As variações do valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido. Os rendimentos desses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira.

(d) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber, depósitos judiciais e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

## Ativos financeiros mensurados ao custo

Os instrumentos de patrimônio que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução no valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

### (e) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são debitados à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Com respeito a títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado.

Qualquer aumento no valor justo após uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado na conta “Reserva de reavaliação de investimentos”. Com respeito a títulos da dívida disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável são subsequentemente revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e suas controladas e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; ou (iii) é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

(a) Atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de "hedge" de fluxo de caixa.

(b) Hedge de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justos são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de hedge atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de hedge e no item objeto de hedge atribuível ao risco de hedge são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

A contabilização do hedge é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela relação de *hedge*, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*, o ajuste ao valor justo do item objeto de "*hedge*", oriundo do risco de "*hedge*" é registrado no resultado a partir dessa data.

(c) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva, quando a operação protegida por hedge prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo ativos imobilizados), previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo imobilizado. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no resultado do exercício pela depreciação dos ativos imobilizados.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 33.

(vi) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para devedores duvidosos). A provisão para devedores duvidosos é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

Provisões para devedores duvidosos devem ser constituídas:

1. Para quaisquer créditos a receber da Companhia que forem encaminhados para cobrança jurídica. Para este tipo de crédito a provisão para devedores duvidosos será de 100%.
2. As contas a receber vencidas da Companhia, que não possuem garantias reais e líquidas, deverão ser provisionadas de acordo com o seguinte critério: clientes não preferenciais, 50% mais de 60 dias até 120 dias e 100% acima de 120 dias e; para clientes preferenciais, 100% mais de 180 dias.

A base para início da contagem de tempo para constituição da provisão será o vencimento prorrogado do título.

A celebração de confissão de dívida, com garantias reais e líquidas (preferencialmente fiança bancária ou seguro garantia) não ensejará a contabilização de PDD.



A celebração de confissão de dívida, sem garantias reais e líquidas ensejará a contabilização de PDD normalmente de acordo com o critério acima (somente para valores vencidos, sem incluir os a vencer). A PDD eventualmente constituída será totalmente estornada, com a confirmação do pagamento pontual da 2ª parcela da confissão de dívida. Caso o cliente fique novamente inadimplente, toda a dívida será contabilizada em PDD.

No caso de renegociação da confissão de dívida, a PDD se constituirá de acordo com a regra descrita, salvo se a mesma for substituída por outra com garantia real e líquida (hipoteca ou fiança bancária).

(vii) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(viii) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei nº 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei nº 6.404/76, antes das alterações da Lei nº 11.638/07.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

(ix) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (Nota 21).

(x) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na Nota 13, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(xi) Intangíveis

Programas de computador (Software)

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos (Nota 14). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(xii) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(xiii) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(xiv) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (Nota 21). A administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

(xvi) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor de participação de resultados de 2013 a ser distribuído em 2014, foi fixado em 25% do Valor Econômico Agregado (Vide nota 19).

(xvii) Planos de Opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(xviii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xix) Arrendamento mercantil

A Companhia efetua arrendamento de certos itens do ativo imobilizado. Arrendamento de itens do imobilizado onde a Companhia retém de forma substancial todos os riscos e benefícios da propriedade de tais ativos são classificados como arrendamento financeiro.

No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente do pagamento das parcelas do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

O saldo da conta Arrendamento financeiro, apresentado nos passivos circulante e não circulante, refere-se às parcelas restantes a pagar dos contratos de arrendamento mercantil.

(xx) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

(xxi) Capital Social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xxii) Recompra de ações (ações em tesouraria)

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são transferidos para ou dos lucros acumulados.

(xxiii) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(xxiv) Reconhecimento de receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

A receita de locação é reconhecida *pró-rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas e indenizações/ recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xxv) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(xxvi) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e os passivos assumidos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia, que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

### 2.3. Reapresentação da demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

A Companhia em conformidade com o CPC 31, está reapresentando a demonstração de resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para classificar separadamente o resultado das operações descontinuadas. Esta reapresentação está vinculada à venda da unidade de negócio Serviços Industriais SI efetivada em 30 de novembro de 2013 (vide nota 30).

	Saldo original	Reclassificações	2012 Saldo Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços de operações	879.274	213.800	665.474
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(410.929)	(172.742)	(238.187)
LUCRO BRUTO	468.345	41.058	427.287
Despesas gerais e administrativas	(218.461)	(33.012)	(185.449)
LUCRO OPERACIONAL	249.884	8.046	241.838
Receitas financeiras	12.050	1.453	10.597
Despesas financeiras	(51.249)	(6.336)	(44.913)
DESEMPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS	(39.199)	(4.883)	(34.316)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA			
E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	210.685	3.163	207.522
Imposto de renda e contribuição social	(59.169)	(889)	(58.280)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	151.516	2.274	149.242
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	2.274	2.274
LUCRO DO EXERCÍCIO	151.516	-	151.516



#### 2.4. 2.4. Adoção e novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IAS e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

No exercício corrente, a Companhia aplicou a seguinte norma nova e revisada emitida pelo IASB e pelo CPC, que entrou obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013:

- Alterações à IFRS 7 - Divulgações - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

A Companhia aplicou as alterações à IFRS 7 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem informações sobre direitos de compensação e acordos relacionados (como exigências de comunicados sobre garantias) para instrumentos financeiros segundo um acordo de compensação executável ou acordo similar.

As alterações foram aplicadas retrospectivamente. Como a Companhia não está incluída em nenhum acordo de compensação, a aplicação das alterações não teve nenhum impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- Alterações a IAS 1 Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

A Companhia aplicou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma terminologia nova, cujo uso não é obrigatório, para a demonstração do resultado abrangente e demonstração do resultado. As alterações à IAS 1 mantêm a opção de apresentar o resultado e outros resultado abrangentes em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas, mas consecutivas. Para fins de apresentação da demonstração do resultado e da demonstração do resultado abrangente está sendo adotada a opção que atende simultaneamente às exigências das IFRSs e das práticas contábeis adotadas no Brasil, que consiste na apresentação das referidas peças contábeis em duas demonstrações distintas, uma seguida da outra. Adicionalmente, as alterações à IAS 1 exigem que os itens de outros resultados abrangentes sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado; e (b) itens que podem ser reclassificados posteriormente para o resultado quando atendidas as condições específicas. O imposto de renda sobre itens de outros resultados abrangentes deve ser alocado na mesma base – as alterações não mudam a opção de apresentar itens de outros resultados abrangentes antes do imposto ou líquido de imposto. As alterações foram aplicadas retrospectivamente e, assim, a apresentação de itens de outros resultados abrangentes foi modificada para refletir essas mudanças. Diferentemente das mudanças de apresentação mencionadas anteriormente, a aplicação das alterações a IAS 1 não resulta em nenhum impacto sobre o resultado, outros resultados abrangentes e o resultado abrangente total.

- Alterações a IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte do Ciclo de Melhorias Anuais das IFRSs 2009 - 2011 emitidas em maio de 2012)

As Melhorias Anuais das IFRSs 2009 - 2011 geraram diversas alterações às IFRSs. As alterações relevantes para a Companhia são as alterações à IAS 1 sobre quando é exigida a apresentação do balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado (terceira coluna do balanço patrimonial) e as notas explicativas relacionadas. As alterações especificam que deve ser apresentada uma terceira coluna do balanço patrimonial quando: (a) uma entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou faz uma reapresentação ou reclassificação retrospectiva dos itens nas demonstrações financeiras; e (b) a aplicação, reapresentação ou reclassificação retrospectiva tem um efeito material sobre as

informações na terceira coluna do balanço patrimonial. As alterações especificam que não são exigidas notas explicativas relacionadas para acompanhar a terceira coluna do balanço patrimonial.

As reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.3 impactam apenas a abertura da demonstração de resultado para o exercício de 2012, em função dos requerimentos do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, não apresentando qualquer impacto aos saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 ou 01 de janeiro de 2012. Por esse motivo, não foi incluída uma terceira coluna do balanço patrimonial.

- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A Companhia aplicou a IFRS 13 (equivalente ao CPC 46) pela primeira vez no exercício corrente. A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientações para mensurações do valor justo e divulgações sobre mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é amplo. As exigências sobre mensuração do valor justo da IFRS 13 aplicam-se a itens de instrumentos financeiros e itens de instrumentos não financeiros para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações sobre mensurações do valor justo, exceto operações de pagamentos baseados em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 (equivalente ao CPC 06 (R1)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo (por exemplo, valor líquido realizável para fins de mensuração de estoques ou valor em uso para fins de avaliação de redução ao valor recuperável).

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas e emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo estas:

- (i) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros<sup>2</sup>

Instrumentos Financeiros, estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações financeiras não tenha um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia. No entanto, a revisão detalhada dos potenciais impactos ainda não foi concluída.

- (ii) Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento<sup>1</sup>

As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve: (a) obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos; (b) comprometer-se com seus investidores de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois e (c) mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos

com base no valor justo. Tais alterações não provocam efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) As alterações a IAS 32<sup>1</sup>

Esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

A Administração não acredita que a adoção das alterações à IAS 32 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Companhia não possui nenhum ativo nem passivo financeiro que se qualificam para compensação.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo à análise dos impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

### 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

#### 3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### 3.2. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 19.

#### 3.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### 3.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como, *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de hedge, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

#### 3.5. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 3.6. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 13, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos adotado em anos anteriores, representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2013.

#### 3.7. Reconhecimento de Receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

#### 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

##### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Diretoria financeira estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa.

##### (i) Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Atual</u>	<u>Efeito no resultado</u>		
			<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
BNDES	TJLP	23.427	1.493	1.509	1.524
Leasing	CDI	8.154	2.683	2.776	2.867
Capital de giro	CDI	39.932	4.244	5.277	6.304
1ª Emissão de debêntures	CDI	275.530	25.626	32.388	39.158
2ª Emissão de debêntures					
1ª Série	CDI	166.938	16.699	20.404	21.271
2ª Série	IPCA	<u>120.803</u>	<u>14.485</u>	<u>16.308</u>	<u>18.309</u>
	Total	<u>634.784</u>	<u>65.230</u>	<u>78.662</u>	<u>89.433</u>
			Variação	20,59%	37,11%

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

<u>Referências</u>	31/12/13		
	<u>Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Taxas		25%	50%
CDI (%) (i)	10,50%	13,13%	15,75%
TJLP (%) (ii)	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA(%) (iii)	5,97%	7,46%	8,96%
US\$ (iv)	2,45	3,06	3,68

- (i) Como relação ao risco de juros, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 10,5%, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) Para os passivos financeiros relacionados com as debêntures de segunda série, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a expectativa do IPCA para 2014 descrita no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 14 de fevereiro de 2014, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iv) A administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a manutenção da taxa de câmbio e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

#### 4.2. Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre das futuras importações de equipamentos, principalmente plataformas aéreas e formas.

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado com a variação cambial, de forma conservadora, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de NDFs com instituições financeiras com fins de hedge. Todos esses contratos preveem a fixação da taxa de cambio futura de reais para dólares.

A Companhia, também possui contrato de empréstimos em dólar e para cobrir substancialmente o risco cambial, contratou operação na modalidade de swap (vide

nota 33).

(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia é denominado em Reais, sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Como política de gestão a Companhia não adota a utilização de nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros. Esse é um risco de mercado devido a condições macro econômicas e regulatórias inerente a todas as companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota 4.1 (i).

#### 4.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

(i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por períodos vencidos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, com prazo de recebimento, em média, de 60 dias. Desta forma, está sujeita ao risco de inadimplência com relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando, entende que há risco de não recebimento dos valores devidos.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela gerência financeira da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA); (iv) controlador majoritário e; (v) pendências e protestos no Serasa.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro



O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como política utilizar somente instituições financeiras de primeira linha classificadas como "*investment grade*". A administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

#### 4.4. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<u>Em 31 de dezembro de 2013</u>				
Empréstimos e financiamentos	6.144	49.475	11.652	5.910
Debêntures	139.418	131.129	374.963	167.429
Obrigações com arrendamento financeiro	7.612	1.084	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	267	-	-
Fornecedores	37.904	-	-	-
<u>Em 31 de dezembro de 2012</u>				
Empréstimos e financiamentos	34.176	5.988	12.220	9.131
Debêntures	49.931	137.197	432.108	145.586
Obrigações com arrendamento financeiro	10.236	8.390	1.364	-
Instrumentos financeiros derivativos	800	-	-	-
Fornecedores	47.784	-	-	-

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

#### 4.5. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

##### (i) Contas a receber

O risco de crédito é administrado corporativamente. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração suas demonstrações financeiras, histórico de relacionamento, eventuais restrições em órgãos de proteção ao crédito, além de outros indicadores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com diretrizes estabelecidas pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

##### (ii) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Conta corrente</u>		
Banco (1)	2.049	6.550
Banco (2)	-	132
Total	2.049	6.682
<u>Aplicações</u>		
Banco (1)	23.749	197.124
Total	23.749	197.124
Total de caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>25.798</u>	<u>203.806</u>

(1) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e com Grau de Investimento.

(2) Instituições financeiras com boa atuação no Brasil mas sem grau de Investimento.

## 5. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou o ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

Além disso, a companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses e o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dívida bancária total	<u>635.051</u>	<u>625.732</u>
Financiamentos	<u>63.626</u>	<u>53.986</u>
Arrendamento mercantil	<u>8.154</u>	<u>18.013</u>
Debêntures	<u>563.271</u>	<u>553.733</u>
Caixa equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>25.798</u>	<u>203.806</u>
Endividamento líquido	<u>609.233</u>	<u>421.926</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

#### 6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	2.049	6.682
Aplicações financeiras	<u>23.749</u>	<u>37.518</u>
	<u>25.798</u>	<u>44.200</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários do Banco Santander, remunerados a taxa de 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (103,5% em 31 de dezembro de 2012).

#### 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O saldo mantido como títulos e valores mobiliários referia-se a aplicações financeiras junto ao Banco Santander, através de depósitos bancários, remunerados a taxa de 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2012.

## 8. CONTAS A RECEBER

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Unidade de Negócios Infraestrutura	68.785	52.867
Unidade de Negócios Edificações	82.145	66.585
Unidade de Negócios Serviços Industriais (***)	4.408	59.041
Unidade de Negócios Rental	73.468	51.290
Unidade de Negócios Eventos (**)	3.796	4.247
	<u>232.602</u>	<u>234.030</u>
Provisão para devedores duvidosos (*)	<u>(53.861)</u>	<u>(36.703)</u>
	<u>178.741</u>	<u>197.327</u>
Circulante	<u>177.359</u>	<u>194.778</u>
Não circulante	<u>1.414</u>	<u>2.549</u>

(\*) A provisão para devedores duvidosos do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

(\*\*) Valor a receber pela venda do imobilizado da divisão eventos que foi descontinuada em 2008.

(\*\*\*) Valor remanescente a receber das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Em 1º de janeiro	36.703	20.646
Constituição de provisão para devedores duvidosos	17.283	16.106
Baixas	<u>(125)</u>	<u>(49)</u>
Em 31 de dezembro	<u>53.861</u>	<u>36.703</u>

Em 31 de dezembro de 2013, contas a receber de clientes no montante de R\$53.861 (2012 - R\$36.703) estavam provisionadas. O aumento no montante desta provisão refere-se principalmente ao provisionamento do saldo a receber de clientes específicos que durante o exercício de 2013 apresentaram dificuldades em cumprir com suas obrigações.

A Mills possui contas a receber correspondentes aos bens da Unidade de Negócios de Eventos, cujas atividades foram descontinuadas. Parte dos bens foi vendida ao longo de 2008 e 2009, através de contratos firmados de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio celebrados em 20 de maio de 2008 e 18 de fevereiro de 2009. O valor da venda será recebido no período máximo de 8 anos, sendo as parcelas reajustadas de acordo com a variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2013, o ativo está ajustado a valor presente e a administração, com base nas garantias reais previstas em contrato, considera que o mesmo será realizado integralmente até o vencimento da última parcela.

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes. A Companhia não possui concentração de cliente em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

A análise de vencimentos das contas a receber está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A vencer	112.094	130.420
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	8.539	11.688
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	37.220	40.577
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	13.943	15.359
Vencidos acima de 120 dias (*)	<u>60.806</u>	<u>35.986</u>
Total	<u>232.602</u>	<u>234.030</u>

(\*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

A análise de vencimentos das contas a receber vencidas mas não provisionadas está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vencidos de 1 a 60 dias	37.097	40.147
Vencidos de 61 a 120 dias	9.311	9.749
Vencidos acima de 120 dias	<u>11.700</u>	<u>6.729</u>
Total	<u>58.108</u>	<u>56.625</u>

Em 31 de dezembro de 2013 as contas a receber de clientes no valor de R\$58.106 (2012 - R\$56.625) encontram-se vencidas e, em relação as mesmas, não foi registrada provisão para devedores duvidosos, por não atender aos critérios de provisão estabelecidos pela Companhia, conforme nota 2.2.

## 9. ESTOQUES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Matérias primas	6.617	7.327
Produtos acabados (*)	15.015	8.170
Peças de reposição e suprimentos	8.972	7.763
Adiantamentos para estoque	5.140	3.202
Outros	<u>544</u>	<u>476</u>
Total	<u>36.288</u>	<u>26.938</u>

(\*) A Companhia passou a trabalhar com estoques reguladores, para garantir condições de atendimento rápido aos pedidos de clientes.

Os estoques de matérias primas, produtos acabados e dos adiantamentos para estoques estão vinculados a processos de industrialização por encomenda, para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

#### 10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
PIS e COFINS a compensar (*)	71.856	54.724
IRPJ e CSLL a compensar (**)	8.537	6.453
ICMS a compensar (***)	909	3.618
Outros	<u>135</u>	<u>943</u>
	<u>81.437</u>	<u>65.738</u>
 Circulante	 <u>38.673</u>	 <u>35.021</u>
Não circulante	<u>42.764</u>	<u>30.717</u>

(\*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2017.

(\*\*) Refere-se aos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em 31 de dezembro de 2013 que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos da mesma natureza durante o exercício de 2014.

(\*\*\*) Corresponde ao imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de peças e equipamentos para venda.

#### 11. OUTRAS CONTAS A RECEBER - VENDA DA INVESTIDA

	<u>2013</u>
2014	26.785
2015	15.763
2016	15.763
2017	<u>15.764</u>
Total	<u>74.075</u>
 Circulante	 26.785
Não circulante	<u>47.290</u>
	<u>74.075</u>

A Companhia fechou em 30 de novembro de 2013, a operação de venda de sua unidade de negócios Serviços Industriais ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) Leblon Equities Partners V, gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda (vide nota 29).

O contrato estipula que o valor de aquisição seja pago em 6 (seis) parcelas, todas atualizadas pela variação do CDI, entre de 31 de maio de 2013 e a data de pagamento, da seguinte forma:

1. A primeira de R\$25.000 (R\$25.207, considerando a atualização pelo CDI até a data do pagamento) foi paga na data da assinatura do contrato;
2. A segunda, de R\$17.000 (R\$17.815, considerando a atualização pelo CDI até 31 de dezembro de 2013), será paga 60 (sessenta) dias após a entrega pela Companhia aos compradores das demonstrações financeiras da Mills SI levantadas com data base da data do fechamento, revisado pelos auditores independentes. O valor da segunda parcela deverá ser ajustado pelo desempenho parcial do negócio, que significa o lucro líquido do negócio mais a depreciação dos ativos que integram o negócio; menos investimentos; mais o aumento ocorrido nas contas a pagar (ou menos a redução ocorrida nas contas a pagar, conforme aplicável); e menos o aumento ocorrido nas contas a receber (ou mais a redução ocorrida nas contas a receber, conforme aplicável), entre 31 de maio de 2013 e a data do fechamento, ocorrida em 30 de novembro de 2013. Para apuração deste valor, foram utilizados os mesmos critérios contábeis de rateio de despesas e constituição de provisão de devedores duvidosos e baixa de equipamentos atualmente utilizados pela Companhia. Para efeitos do cálculo do lucro líquido, foi considerada a alíquota de imposto de renda e contribuição social idêntica à média observada para as atividades da Companhia, nos últimos 12 meses, imediatamente anteriores à data do fechamento e não foram considerados, (i) os custos alocados referentes às opções de compra de ações da Companhia e a participação de resultados, e (ii) receitas e despesas financeiras. O valor acumulado do desempenho parcial do negócio, entre 01 de junho e 30 de novembro de 2013, data em que a Companhia concluiu a operação, foi de R\$6.789. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2013 o saldo devedor da segunda parcela era, portanto, de R\$11.022;
3. Quatro parcelas de R\$15.000 (R\$15.763, considerando a atualização pelo CDI até 31 de dezembro de 2013) cada uma, com vencimento anual, a contar da data da assinatura do contrato.

## 12. INVESTIMENTO

### a) Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares ("Rohr"), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

Em maio de 2011, a Companhia recebeu R\$2.035 (líquido de impostos) de juros sobre capital próprio e dividendos relativo ao investimento na Rohr. Tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento por se tratar de valores recebidos logo após a aquisição das ações da investida.

Em dezembro de 2011 a Companhia recebeu R\$573 (líquido de impostos) de juros sobre capital próprio referente ao ano de 2007. Tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento, por se tratar de dividendos oriundos de lucros ou reservas já existentes na data da compra das ações. Adicionalmente a Companhia recebeu dividendos extraordinários no valor de R\$1.346 referentes ao exercício de 2011 que foram registrados como receita no resultado.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr S.A. Estrutura Tubulares (Rohr) de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 27,47% do capital da investida, tal investimento deve ser registrado pelo custo de aquisição pelos seguintes fatos: a Mills não tem poder de participar na elaboração e nas decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Rohr, não controlando de forma individual ou conjunta essas políticas e não possuindo representantes na Administração da investida. Adicionalmente, não existe acordo de acionistas que possa conferir a Mills o direito de ter influência na Administração da investida ou que possam conferir o direito de aumentar a sua participação no futuro. Com base nesses fatores, a Companhia concluiu que não possui influência significativa na investida e manterá o investimento registrado pelo custo de aquisição.

Em dezembro de 2013 a Companhia registrou em receita financeira R\$1.648 (R\$3.214 em dezembro de 2012 referentes aos anos de 2011 e 2012) de juros sobre capital próprio da Rohr, referentes ao ano de 2013.

b) Perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2013, a Companhia fez a revisão do valor recuperável do investimento aplicado na Rohr S.A através de laudo interno. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor de mercado da Rohr, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, para fins de fundamentação do valor pago. A taxa de desconto usada para mensurar o valor recuperável foi em torno de 12% a.a. A administração estima que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave na qual o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil do investimento a exceder o seu valor recuperável.



## 13. IMOBILIZADO

	Equipamento de locação e uso operacional	Leasing	Equipamento de locação a imobilizar	Total equipamento de locação	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
<b>Custo do imobilizado bruto</b>													
Saldos em 31 de dezembro de 2011	902.920	98.971	57.503	1.059.394	9.953	11.049	8.526	951	1.197	6.145	11.596	49.417	1.108.811
Aquisição	199.194	-	77.089	276.283	3.372	-	1.195	585	260	1.465	4.287	11.164	287.447
Baixa/alienação	(38.416)	(2.733)	(12)	(41.161)	(669)	-	(647)	(66)	-	(374)	-	(1.756)	(42.917)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(25.584)	-	-	(25.584)	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.584)
Reclassificação	-	-	(23)	(23)	-	-	380	-	-	-	(192)	188	165
Transferências	85.040	(56)	(87.991)	(3.007)	111	14.107	47	2.804	-	(62)	(14.000)	3.007	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.123.154	96.182	46.566	1.265.902	12.767	25.156	9.501	4.274	1.457	7.174	1.691	62.020	1.327.922
Aquisição	364.644	-	104.863	469.507	8.344	6	5.561	752	1.453	2.454	1.280	19.850	489.357
Baixa/alienação	(42.020)	(14.630)	-	(56.650)	-	(21)	(5)	(787)	-	(5)	-	(818)	(57.468)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(43.380)	-	-	(43.380)	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.380)
Baixa de ativos vendidos – Mills SI	(107.374)	-	-	(107.374)	(1.189)	(867)	(1.172)	(599)	(236)	(751)	-	(4.814)	(112.188)
Reclassificação	1.142	604	-	1.746	-	-	-	-	-	-	-	-	1.746
Transferências	113.532	-	(112.923)	609	(882)	-	1	-	2.796	73	(2.391)	(403)	206
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.409.698	82.156	38.506	1.530.360	19.040	24.274	13.886	3.640	5.470	8.945	580	75.835	1.606.195
<b>Depreciação acumulada</b>													
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(214.387)	(9.162)	-	(223.549)	(2.620)	(884)	(4.999)	(324)	(569)	(2.980)	-	(12.376)	(235.925)
Depreciação	(99.427)	(4.816)	-	(104.243)	(1.057)	(196)	(1.172)	(323)	(85)	(468)	-	(3.301)	(107.544)
Baixa/alienação	16.362	1.088	-	17.450	573	-	637	43	-	339	-	1.592	19.042
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	(148)	-	-	-	-	(148)	(148)
Transferências	1.918	-	-	1.918	-	-	(36)	(1.918)	-	36	-	(1.918)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(295.534)	(12.890)	-	(308.424)	(3.104)	(1.080)	(5.718)	(2.522)	(654)	(3.073)	-	(16.151)	(324.575)
Depreciação	(122.387)	(6.778)	-	(129.165)	(1.631)	(698)	(1.733)	(496)	(176)	(590)	-	(5.324)	(134.489)
Baixa/alienação	17.127	4.608	-	21.735	-	-	3	385	-	-	-	388	22.123
Baixa de ativos vendidos – Mills SI	53.105	-	-	53.105	267	241	859	412	73	265	-	2.117	55.222
Transferências	-	-	-	-	299	11	(5)	(11)	(294)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(347.689)	(15.060)	-	(362.749)	(4.169)	(1.526)	(6.594)	(2.232)	(1.051)	(3.398)	-	(18.970)	(381.719)
Taxas anuais de depreciação - %	10	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
<b>Resumo Imobilizado líquido</b>													
Saldo em 31 de dezembro de 2012	827.620	83.292	46.566	957.478	9.663	24.076	3.783	1.752	803	4.101	1.691	45.869	1.003.347
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.062.009	67.096	38.506	1.167.611	14.871	22.748	7.292	1.408	4.419	5.547	580	56.865	1.224.476

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso (Tubos Mills e Elite), fôrmas (Fôrmas Noe e Aluma), escoramentos (MillsTour e Aluma), plataformas aéreas (JLG e Genie) e manipuladores telescópicos.

Abaixo destacamos as principais aquisições no ano por grupamento:

	<u>2013</u>
Escoramentos	98.020
Plataformas e manipuladores	270.432
Fôrmas de concretagem reutilizáveis	41.135
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	48.617
Outros	<u>31.153</u>
Total de aquisições	<u>489.357</u>

A depreciação no exercício, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de dezembro de 2013 a R\$127.037 e R\$7.452 (31 de dezembro de 2012 R\$104.243 e R\$3.301), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 16).

#### Revisão da vida útil estimada

Para fins dessa revisão, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo interno de avaliação datado de 31 de dezembro de 2013, aprovado em Reunião de Diretoria. Em 2010, a Companhia contratou avaliadores independentes que emitiram laudo de avaliação datado de 4 de fevereiro de 2011. Para a elaboração dos respectivos laudos, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação em relação à apurada no laudo de fevereiro de 2011 e que está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, portanto não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício de 2013.

A Companhia avaliou que não houve eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos pode não ser recuperável.

## 14. INTANGÍVEL

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total intangível</u>
Custo do intangível bruto				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>17.465</u>	<u>932</u>	<u>44.294</u>	<u>62.691</u>
Aquisição	16.546	-	-	16.546
Baixa de ativos vendidos – Mills SI	(236)	(37)	-	(273)
Transferência	<u>(206)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(206)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>33.569</u>	<u>895</u>	<u>44.294</u>	<u>(78.758)</u>
Amortização acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(3.811)</u>	<u>(122)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(8.165)</u>
Amortização	(2.226)	(173)	-	(2.399)
Baixa de ativos vendidos – Mills SI	<u>198</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>198</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>(5.839)</u>	<u>(295)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(10.366)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	20	-	-
<u>Resumo Intangível líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.654	810	40.062	54.526
Saldo em 31 de dezembro de 2013	27.730	600	40.062	68.392

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e da aquisição da GP Sul ocorrida em 2011 e os mesmos estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Edificações representado esta uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

A análise de recuperabilidade do ágio da UGC Edificações foi determinado com base no fluxo de caixa orçado para este segmento em 2014, antes do imposto de renda e da contribuição social, aprovado pela Administração. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio.

A administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

## 15. FORNECEDORES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores nacionais	32.229	40.091
Fornecedores estrangeiros	<u>5.675</u>	<u>7.693</u>
	<u>37.904</u>	<u>47.784</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compra a prazo de equipamentos de imobilizado.

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seus usos e despesas gerais, sendo indexados ao CDI, TJLP e Dólar norte-americano.

Para os empréstimos em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros para proteção da Companhia contra a exposição por flutuação cambial.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiros são apresentados a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	4.936	31.672
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>7.828</u>	<u>10.124</u>
	<u>12.764</u>	<u>41.796</u>
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	58.423	22.314
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>326</u>	<u>7.889</u>
	<u>58.749</u>	<u>30.203</u>

Empréstimos e financiamentos

	<u>Passivo circulante</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao CDI acrescidos de 0,84% a 4,5% de juros ao ano	-	27.323
Indexados a TJLP acrescidos de 0,20% a 0,90% de juros ao ano	<u>4.936</u>	<u>4.349</u>
	<u>4.936</u>	<u>31.672</u>

	<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao dólar norte-americano acrescidos de 2,13% de juros ao ano	39.932	-
Indexadas a TJLP acrescidos de 0,20% a 0,90% de juros ao ano	<u>18.491</u>	<u>22.314</u>
	<u>58.423</u>	<u>22.314</u>

As instituições financeiras com as quais a companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013 são:

- Santander
- Banco do Brasil
- Itaú BBA
- HSBC
- Banco Alfa

Em 6 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de U\$16,9 milhões (equivalente a R\$40,0 milhões). A liquidação do empréstimo e juros serão realizados em uma única parcela, no vencimento, em 30 de janeiro de 2015. Com o objetivo de anular o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (swap) no montante de R\$40,0 milhões para que todas as obrigações (principal e juros) sejam integralmente convertidas para moeda local e realizadas nas mesmas datas dos respectivos vencimentos (vide nota 33).

Segue abaixo composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Garantias concedidas:		
Recebíveis	-	904
Alienação fiduciária (*)	<u>65.858</u>	<u>66.775</u>
Total das garantias reais	<u>65.858</u>	<u>67.679</u>
Notas promissórias	20.128	20.777

\* Refere-se a equipamentos adquiridos através de FINAME e arrendamento.

As notas promissórias são garantias executáveis e servem como garantias adicionais com relação aos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados abaixo:

2015	43.473
2016	3.138
2017	3.138
2018 a 2021	<u>8.674</u>
	<u>58.423</u>

Os empréstimos da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

#### Arrendamento financeiro

Refere-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de locação com prazos entre 36 e 60 meses, com vencimentos até 2015 e indexados ao CDI acrescidos de 2,5% a 3,80% ao ano. Essa obrigação está garantida pelos próprios bens arrendados. Não estão sendo apresentados os fluxos de caixa de pagamento não descontado da dívida, pois os pagamentos são calculados de forma postecipada de acordo com a variação do CDI.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2013	-	10.124
2014	7.828	6.773
2015	<u>326</u>	<u>1.116</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	<u>8.154</u>	<u>18.013</u>
Parcela do circulante	7.828	10.124
Parcela do não circulante	326	7.889

Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado desses passivos financeiros, os juros são pós-fixados e reconhecidos de maneira pró-rata.

A Companhia possui contratos de arrendamento financeiro com opção de compra no final do prazo contratual. A opção de compra é baseada no valor residual garantido que pode ser pago no início, no fim ou durante o prazo contratual. Há também a opção de renovação do contrato de arrendamento pelo prazo e condições que as partes ajustarem.

Os arrendamentos correntes da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

## 17. DEBÊNTURES

### 1ª Emissão de debêntures

Em 8 de abril de 2011 foi aprovada a primeira emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

### 2ª Emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012 foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$1.810 serão reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão. As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- 1ª série - 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$160.940, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária. O valor nominal das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI;
- 2ª série - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão e os juros pagos anualmente corresponderão à 5,50% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos de debêntures brutos dos custos de transação são de R\$113.271 no passivo circulante e de R\$450.000 no passivo não circulante e R\$112.532 e R\$448.238 líquidos dos custos de transação respectivamente. (Em 31 de dezembro de 2012 o saldo de debêntures é de R\$13.733 no passivo circulante e de R\$540.000 no passivo não circulante e R\$12.994 e R\$537.459 líquidos dos custos de transação respectivamente).

### Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2.

No fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 todos os índices estão sendo cumpridos.

### Assembleia Geral de Debenturistas

Em 3 de outubro de 2013, reunidos em Assembleia Geral, os debenturistas da primeira emissão e os da segunda emissão (1ª e 2ª series), foram convocados por meio de editais de convocação, publicados na forma da Lei, para deliberar para todos os fins previstos nas Escrituras de Emissão (e em especial para fins de não caracterização de um Evento de Inadimplência), sobre a transferência dos ativos, passivos, direitos e obrigações relacionadas às operações da divisão de Serviços Industriais da Companhia.

Os Debenturistas presentes manifestaram-se de acordo com a transferência das operações da divisão de Serviços Industriais para a Sociedade Mills SI Serviços Industriais Ltda.(vide nota 28), aprovando, desde a data acima mencionada, a realização de todos os atos necessários à implementação da referida transferência, bem como manifestaram-se de acordo com a alienação da totalidade das quotas detidas pela Companhia no capital social da Mills SI Serviços Industriais Ltda, para a Sociedade Albuquerque Participações Ltda., em data a ser informada posteriormente ao Mercado.

Em decorrência das deliberações acima, a Companhia obrigou-se até 10 de outubro de 2013 a pagar a cada Debenturista uma comissão equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento), incidente sobre o saldo devedor das Debêntures (incluindo valor nominal e remuneração incidente até 3 de outubro de 2013), multiplicado pelo número de Debêntures detidas pelo respectivo Debenturista, R\$561.

## 18. PARTES RELACIONADAS

### a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b) Remuneração da administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e encargos - Diretoria	6.342	4.769
Honorários do Conselho de Administração	1.729	1.456
Participação nos lucros	1.225	637
Pagamentos com base em ações	<u>2.694</u>	<u>1.690</u>
Total	<u>11.990</u>	<u>8.552</u>

## 19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

Em 27 de março 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que o valor de participação de resultados distribuído não mais será fixo em 25%, podendo variar entre o mínimo de 20% e o máximo de 30%, do Valor econômico agregado - EVA que é calculado com base no lucro operacional deduzido ou adicionado aos resultados não recorrentes, deduzido dos impostos, e do custo médio ponderado de capital. A métrica para este cálculo está aprovada pela administração da Companhia.

O percentual definido para o ano de 2013 foi de 25% (30% em 2012).

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor registrado no passivo circulante e no resultado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$18.697 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$20.142 no passivo circulante e no resultado).

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela Companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.



<u>Planos</u>	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares		
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações em aberto
Plano Especial Top Mills	01/01/2008	10/07/2015	782	(782)	-
Plano 2010					
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.043)	432
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(474)	710
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(214)	1.044
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	-	768

As informações relativas aos programas das opções de compra de ações da Companhia estão resumidas a seguir:

*Precificação e contabilização dos planos*

Para precificação do custo das parcelas dos planos, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os stock prices com bases em valuations de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício R\$	Volatilidade	Rendimento de dividendos	Taxa de juros anual sem risco	Prazo máximo de exercício
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Plano 2002		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções a exercer (milhares)	-	95
Número de ações exercidas (milhares)	1.055	960
Plano executivos Mills Rental		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de ações exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010		
Reserva de capital	5.303	3.825
Número de opções a exercer (milhares)	413	768
Número de ações exercidas (milhares)	1.062	707
Programa 2011 (Plano 2010)		
Reserva de capital	5.142	3.280
Número de opções a exercer (milhares)	711	1.011
Número de Ações exercidas (milhares)	473	173
Programa 2012 (Plano 2010)		
Reserva de capital	6.308	2.153
Número de opções a exercer (milhares)	1.015	1.258
Número de Ações exercidas (milhares)	243	-
Programa 2013 (Plano 2010)		
Reserva de capital	2.503	-
Número de opções a exercer (milhares)	768	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	25.857	15.859
Efeito anual no resultado	(9.998)	(5.837)

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	233.389	207.522
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(79.352)	(70.557)
Despesas indedutíveis (*) e diferenças permanentes	(4.114)	(2.637)
Juros sobre capital próprio - Declarado	14.625	13.992
Outros	<u>3.126</u>	<u>922</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(65.715)	(58.280)
Alíquota efetiva	28%	28%
Imposto de renda corrente	(68.396)	(49.902)
Imposto de renda diferido	<u>2.681</u>	<u>(8.378)</u>
	(65.715)	(58.280)

\* As despesas indedutíveis estão compostas por despesas de *stock options*, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

## b) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

O Imposto diferido reconhecido em outros resultados abrangentes é resultante de provisão de ganhos/perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa transferidos para os valores contábeis iniciais dos itens sujeitos a hedge. Total do imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado abrangente em dezembro de 2013 é de R\$2.673.

## c) A movimentação do IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31 de</u> <u>Dezembro</u> <u>de 2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2013</u>
Ágio Itapoã	681	-	(681)	-
Ajuste a valor presente	129	-	(52)	77
Hedge sobre imobilizado	1.252	(1.434)	(1.252)	(1.434)
Outras provisões	470	345	-	815
Provisão para Devedores Duvidosos	6.059	1.780	-	7.839
Arrendamento financeiro	(745)	2.244	745	2.244
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.415	222	-	3.637
Provisão de baixa de faturamento	-	2.815	-	2.815
Derivativos NDF	155	(2.673)	(155)	(2.673)
Depreciação acelerada	-	(753)	-	(753)
GP Andaimas Sul Locadora	(190)	(135)	-	(325)
Ágio Jahu	(11.510)	(1.439)	-	(12.949)
Atualização depósito judicial	(987)	-	66	(921)
Debêntures	<u>(1.110)</u>	<u>-</u>	<u>260</u>	<u>(850)</u>
	<u>(2.381)</u>	<u>972</u>	<u>(1.069)</u>	<u>(2.478)</u>

- d) Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Realização no prazo da depreciação linear dos bens
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Outras provisões	Pelo pagamento
Ágio da Itapoã	Pela amortização fiscal
Ágio da Jahu/Ágio GP Sul	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização de depósitos judiciais	Pelo levantamento do depósito
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Derivativos - Hedge de fluxo de caixa	Pela depreciação

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 31 de dezembro de 2013:

	<u>IR e CSLL diferidos ativos</u>	<u>IR e CSLL diferidos passivos</u>
2014	3.122	(971)
2015	3.122	(1.155)
2016	3.122	(1.008)
2017	3.122	(970)
2018	3.122	(1.672)
A partir de 2019	<u>1.817</u>	<u>(14.129)</u>
Total	<u>17.427</u>	<u>(19.905)</u>

#### Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória – MP nº627 que entre outros temas trouxe a extinção do RTT e da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e, em substituição criou a Escrituração Contábil Fiscal – ECF.

A Escrituração Contábil Fiscal - ECF consolidará os ajustes de neutralidade fiscal que antes eram apresentados por meio do Controle Fiscal Contábil de Transição – FCONT. Conforme a MP a adoção da ECF para os fatos geradores registrados a partir de janeiro de 2014 será opcional, a partir de 2015 será obrigatório para todas as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real. Até a presente data o referido dispositivo legal não tinha sido convertido em Lei. Até a conversão em Lei a MP se sujeita a alterações. As alterações contidas na referida MP estão sendo avaliadas pela Companhia em conjunto com seus consultores tributários, mas não são esperados efeitos relevantes nos resultados.

## 21. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tributários (i)	3.818	4.425
Cíveis (ii)	467	444
Trabalhistas (iii)	3.588	2.462
Honorários de êxito (iv)	<u>2.700</u>	<u>2.588</u>
Total	<u>10.573</u>	<u>9.919</u>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>9.919</u>	<u>16.079</u>
Constituições	3.107	2.720
Reversões	(1.740)	(6.713)
Baixa	(713)	(2.585)
Transferências	-	418
Saldo em 31 de dezembro	<u>10.573</u>	<u>9.919</u>

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de Pis e Cofins (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003. A Companhia mantém depósito judicial vinculado a provisão, referente as diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos, os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.

a) Composição dos depósitos judiciais:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tributários (i)	6.805	8.440
Cíveis	278	555
Trabalhistas (ii)	<u>2.970</u>	<u>2.858</u>
	<u>10.053</u>	<u>11.853</u>

- (i) Em outubro de 2001 a Companhia ingressou com ações nos diversos municípios em que atua, visando recuperar o ISS recolhido desde 1991 sobre locação de bens móveis. As ações encontram-se em curso, no aguardo de decisão judicial. Após a edição da Lei Complementar nº 116/2003, a partir de agosto de 2003, a Mills interrompeu o recolhimento de ISS sobre locação de bens móveis, continuando a tributar a cessão de andaimes e outras estruturas de uso temporário.

Já a antiga Jahu ingressou com ações questionando a incidência do ISS na locação de bens móveis, e efetuava depósitos judiciais, mesmo após a Lei nº 116/2003. Com o suporte de seus consultores jurídicos, a Companhia não possui provisão para contingência contabilizou sobre este tema devido as probabilidades de perda serem remotas ou possíveis.

- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2013</u>
Tributárias	26.442
Trabalhistas	10.944
Cíveis	4.812
Outros	-
	<u>42.198</u>

## 22. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (Refis)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.
- (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.
- (c) Foram parcelados débitos de:
  - (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004).
  - (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004).
  - (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004).
  - (iv) INSS- Contribuição adicional ao SAT

Os valores relativos a Pis/Cofins, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente à locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

- (d) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a companhia, decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativo a Pis e Cofins considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

	<u>2011</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualizações</u>	<u>2012</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualizações</u>	<u>2013</u>
PIS	1.856	(151)	126	1.831	(159)	103	1.775
COFINS	5.688	(461)	387	5.614	(489)	318	5.443
IRPJ	2.308	(187)	157	2.278	(198)	129	2.209
CSLL	152	(12)	10	150	(13)	9	146
INSS	<u>868</u>	<u>(70)</u>	<u>59</u>	<u>857</u>	<u>(75)</u>	<u>49</u>	<u>831</u>
	<u>10.872</u>	<u>(881)</u>	<u>739</u>	<u>10.730</u>	<u>(934)</u>	<u>608</u>	<u>10.404</u>
Circulante				907			960
Não Circulante				<u>9.823</u>			<u>9.444</u>
				<u>10.730</u>			<u>10.404</u>

## 23. TRIBUTOS A PAGAR

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IRRF s/juros sobre capital próprio	2.480	2.614
PIS e COFINS	3.417	10.048
INSS	321	470
ICMS	-	3.467
ISS	586	1.773
Outros	<u>280</u>	<u>225</u>
	<u>7.084</u>	<u>18.597</u>

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 é representado pelo valor de R\$553.232 (31 de dezembro de 2012 - R\$537.625) dividido em 127.386 mil (31 de dezembro de 2012 – 126.399 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao conselho de Administração aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

#### (a.1) Ações em tesouraria

Em 28 de maio de 2012, a Companhia recomprou 4.000 ações preferenciais de sua própria emissão, adquiridas de acionista que exerceu seu direito de recesso, para cancelamento. O valor total pago na aquisição das ações, líquido de imposto de renda e contribuição social, foi de R\$23 tendo sido deduzido da reserva de capital no patrimônio líquido. Em 21 de junho de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o cancelamento da totalidade das ações, conforme alínea (o) do Estatuto Social da Companhia.



## (a.2) Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações. As ações emitidas no período foram integralmente subscritas e integralizadas pelos seus respectivos beneficiários e podem ser assim demonstradas:

Plano de opções	Aprovação do Conselho de Administração	Quantidade de ações emitidas	Preço de emissão	Aumento de capital (em milhares)
Programa 2010	08/02/2013	600	12,49	8
Programa 2010	08/02/2013	3.050	12,40	38
Programa 2011	08/02/2013	88.574	20,54	1.819
Plano Top Mills	10/04/2013	66.903	2,53	169
Programa 2010	09/05/2013	230.481	12,90	2.973
Programa 2011	09/05/2013	138.185	21,13	2.920
Programa 2012	09/05/2013	24.372	5,88	143
Programa 2012	09/05/2013	153.265	20,05	3.073
Plano Top Mills	22/05/2013	15.512	2,55	40
Programa 2010	15/08/2013	101.395	12,81	1.299
Programa 2011	15/08/2013	55.952	21,10	1.181
Programa 2012	15/08/2013	7.148	5,74	41
Programa 2012	15/08/2013	29.335	20,00	587
Programa 2011	01/11/2013	5.152	21,23	110
Programa 2012	01/11/2013	945	20,23	19
Programa 2010	14/11/2013	19.086	13,00	248
Programa 2011	14/11/2013	17.231	21,40	369
Programa 2012	14/11/2013	1.780	5,83	10
Programa 2012	14/11/2013	<u>27.600</u>	20,28	<u>560</u>
		<u>986.566</u>		<u>15.607</u>

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	2013		2012	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
<u>Acionistas</u>				
Andres Cristian Nacht	15.596	12,24%	15.596	12,34%
Snow Petrel S.L.	17.728	13,90%	17.728	14,03%
HSBC Bank Brasil S.A. (*)	6.323	5,07%	6.323	5,00%
Capital Group International, Inc (**)	6.445	5,01%	-	-
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia (***)	11.825	9,28%	11.826	9,36%
Outros	<u>69.469</u>	<u>54,50%</u>	<u>74.926</u>	<u>59,28%</u>
	<u>127.386</u>	<u>100,00 %</u>	<u>126.399</u>	<u>100,00%</u>

(\*) Em 02 de outubro de 2012, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

(\*\*) Em 15 de julho de 2013, passou a deter participação acionária relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

(\*\*\*) Os outros signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, todos detentores de participações individuais inferiores a 5% do capital da Companhia, são representados na qualidade de acionistas, inclusive para fins de exercício de direito de voto, por Andres Cristian Nacht.

b) Reservas de lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

(b.3) Reserva especial

A reserva especial referia-se ao benefício fiscal gerado pela reorganização societária ocorrida em 2009.

c) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.068 líquido dos impostos, referente a distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$25.857, referente aos planos de stock options para os empregados e o valor do custo das ações canceladas no montante de R\$558, totalizando R\$10.231 como reserva de capital em 31 de dezembro de 2013 (em 31 de dezembro 2012 - R\$233).

d) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Ajuste de avaliação patrimonial- *hedge* de fluxo de caixa

A reserva para hedge de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos hedges de fluxo de caixa até a data do balanço no valor de R\$5.188 líquido de impostos (em 31 de dezembro de 2012 R\$300 negativos).

## 25. DIVIDENDOS PROPOSTOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Sociedades por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições acima mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda.

Em reunião do Conselho de Administração de 21 de junho de 2013 foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio como parte do dividendo mínimo obrigatório à quantia de R\$23.448 (R\$20.421 líquido de impostos) referente a R\$0,18 por ação. Os juros sobre capital próprio propostos farão parte da remuneração que vier ser distribuída como dividendos mínimos obrigatórios no encerramento do exercício de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2013 foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio como parte do dividendo mínimo obrigatório à quantia de R\$19.566 (R\$17.086 líquido de impostos) referente a R\$0,15 por ação. Os juros sobre capital próprio propostos farão parte da remuneração que vier ser distribuída como dividendos mínimos obrigatórios no encerramento do exercício de 2013.

Segundo o art. 9º da Lei nº 9.249/1995, a pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O valor creditado pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio encontra-se dentro do limite legal de dedutibilidade.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, e está assim demonstrada:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	172.592	151.516
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(8.630)</u>	<u>(7.576)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>163.962</u>	<u>143.940</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (líquido dos impostos)	<u>40.990</u>	<u>35.985</u>
Juros sobre capital próprio propostos para pagamento no exercício seguinte	43.014	41.780
Imposto de renda retido na fonte - 15% (*)	<u>(5.508)</u>	<u>(5.610)</u>
Juros sobre capital próprio líquido propostos para pagamento no exercício seguinte	37.506	36.170
Dividendos mínimos obrigatórios para pagamento no exercício seguinte	<u>3.484</u>	<u>-</u>
Total dividendos líquidos propostos para pagamento	40.990	36.170
Total dividendos brutos de IR propostos para pagamento	<u>46.498</u>	<u>41.780</u>
Percentagem dividendos bruto de IR do exercício sobre o lucro líquido do exercício	26,94%	27,57%

(\*) Alíquota de 15%, descontando o IRRF dos acionistas isentos.

O valor registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2013 é de R\$37.507 (em dezembro de 2012 - R\$36.170).

## 26. LUCRO POR AÇÃO

## a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	<u>172.592</u>	<u>151.516</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>126.955</u>	<u>126.084</u>
Lucro básico por ação proveniente das operações continuadas e descontinuadas	<u>1,36</u>	<u>1,20</u>
Lucro básico por ação proveniente das operações continuadas	<u>1,32</u>	<u>1,18</u>

## b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Lucro		
Lucro líquido usado para determinar o lucro diluído por ação	<u>172.592</u>	<u>151.516</u>
Quantidade média ponderada de ações das (milhares) ordinárias emitidas (milhares)	126.955	126.084
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares)	<u>1.085</u>	<u>911</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	<u>128.040</u>	<u>126.995</u>
Lucro diluído por ação proveniente das operações continuadas e descontinuadas	<u>1,35</u>	<u>1,19</u>
Lucro diluído por ação proveniente das operações Continuadas	<u>1,31</u>	<u>1,18</u>

## 27. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Locação	842.431	657.881
Vendas	85.588	52.106
Assistência técnica	32.821	23.278
Indenizações e recuperação	96.773	48.741
Impostos sobre vendas e serviços	(83.356)	(64.193)
Cancelamentos e descontos	<u>(141.995)</u>	<u>(52.339)</u>
	<u>832.262</u>	<u>665.474</u>

## 28. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

	2013			Reapresentado 2012		
<u>Natureza</u>	<u>Custos direto obras e locação</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Custos direto obras e locação</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(58.768)	(107.447)	(166.215)	(45.894)	(89.728)	(135.622)
Terceiros	(5.026)	(20.432)	(25.458)	(3.776)	(17.734)	(21.510)
Frete	(15.479)	(763)	(16.242)	(12.491)	(706)	(13.197)
Material construção/ manutenção e reparo	(43.462)	(6.097)	(49.559)	(29.604)	(4.041)	(33.645)
Aluguel de equipamentos e outros	(5.861)	(14.955)	(20.816)	(4.296)	(9.835)	(14.131)
Viagem	(4.984)	(11.552)	(16.536)	(3.362)	(9.495)	(12.857)
Custo das mercadorias vendidas	(68.017)	-	(68.017)	(38.739)	-	(38.739)
Depreciação e amortização	(122.623)	(8.419)	(131.042)	(94.045)	(3.206)	(97.251)
Baixa de ativos	(8.856)	-	(8.856)	(5.050)	-	(5.050)
Provisão para devedores-PDD	-	(16.235)	(16.235)	-	(13.944)	(13.944)
Plano de ações	-	(8.959)	(8.959)	-	(4.774)	(4.774)
Provisões	-	193	193	-	4.276	4.276
Part. resultado	-	(18.794)	(18.794)	-	(23.641)	(23.641)
Outros	<u>(1.858)</u>	<u>(11.959)</u>	<u>(13.817)</u>	<u>(930)</u>	<u>(12.621)</u>	<u>(13.551)</u>
	<u>(334.934)</u>	<u>(225.419)</u>	<u>(560.353)</u>	<u>(238.187)</u>	<u>(185.449)</u>	<u>(423.636)</u>

## 29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A Companhia celebrou em 10 de julho de 2013, acordo para as vendas de ativos e passivos de sua unidade de negócio Serviços Industriais para o FIP Leblon Equities Partners V, fundo gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda, por meio de sua controlada Albuquerque Participações Ltda. O preço de venda, definido em 31 de maio de 2013, data base da negociação, foi de R\$102.000.

Durante o período de 3 anos, que se iniciam na data do fechamento, as partes entraram em um acordo mútuo de não concorrência.

Esta operação foi fechada em 30 de novembro de 2013 e o preço foi atualizado com base na variação do CDI, ajustado pelo desempenho parcial do negócio e liquidado, após ajustes, em moeda corrente nacional. A apuração do resultado na venda do investimento de R\$8.296, pode ser assim demonstrada (vide nota 30):

Valor original da venda	102.000
Valor original do adiantamento	<u>(25.000)</u>
	77.0000
Variação do CDI entre 31/05/2013 e 30/11/2013	<u>1,04314</u>
Valor do saldo ajustado pelo CDI	80.323
Adiantamento ajustado	25.207
Desempenho parcial do negócio	<u>(6.789)</u>
Valor da operação atualizada em 30/11/2013	98.741
Valor do investimento baixado	<u>(90.445)</u>
Ganho de Capital na alienação do investimento	<u>8.296</u>

## 30. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, entre 30 de junho e 30 de novembro de 2013, a Companhia reclassificou os ativos e passivos que eram destinados à venda, referente a sua unidade operacional Serviços Industriais “SI”, sem que houvesse qualquer impacto no resultado decorrente dessa reclassificação.

O resultado das operações descontinuadas está demonstrado na nota 32 – Resultado por segmento de negócio – Serviços Industriais.

<u>Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	32.993
Caixa líquido oriundo das atividades de investimentos	4.823

Ativos líquidos transferidos

Contas a receber	31.204
Créditos com funcionários	2.150
Terrenos	122
Equipamentos de locação	54.270
Bens de uso	2.575
Intangível	<u>75</u>
Total	<u>90.396</u>

Em 12 de julho de 2013, conforme os termos de contrato de venda de ativos e passivos, foi constituída a sociedade Mills SI Serviços Industriais Ltda (“Sociedade”) com capital social subscrito e não integralizado de R\$1.000 (mil reais).

Em 04 de outubro de 2013, a Companhia e a sócia Albuquerque integralizaram a totalidade do capital social de R\$1.000,00 e aprovam um aumento de capital no valor de R\$49, totalmente integralizado e representado por 49.000 quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Através desse ato, o capital social da Sociedade passa a ser de R\$50, dividido em 50.000 quotas distribuídas entre a Companhia, com 45.000 quotas no valor total de R\$45; e Albuquerque com 5.000 quotas no valor total de R\$5.

Em 30 de novembro de 2013, a Companhia, através da segunda Alteração e Consolidação do Contrato social da Sociedade, vendeu para a sócia Albuquerque 44.999 quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) totalizando um montante de R\$44.999,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais). Por meio desse ato, a sócia Albuquerque passou a deter 49.999 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), totalizando um montante de R\$49.999,00 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais) a Companhia passou a deter 1 quota no valor nominal de R\$1,00 (um real), totalizando no valor de R\$1,00 (um real).

Também em 30 de novembro de 2013, a Companhia, através da terceira Alteração e Consolidação do Contrato Social, integralizou o capital social, no valor de R\$90.396, mediante a incorporação dos ativos de sua unidade de negócio serviços industriais. No mesmo ato societário vendeu a totalidade das quotas que detinha no capital da Sociedade para a sócia Albuquerque, que passou nessa data a ser a controladora da Sociedade.

## 31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

## a) Receitas financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Receita de dividendos	1.648	2.859
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	3.407	1.238
Receitas de aplicação financeira	6.040	5.936
Descontos obtidos	226	277
Variação cambial e monetária ativa	1.693	272
Outras	<u>142</u>	<u>15</u>
	<u>13.156</u>	<u>10.597</u>

## b) Despesas financeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
Juros de empréstimos	(5.265)	(7.908)
Variação monetária passiva	(1.933)	(783)
Juros de arrendamento financeiro	(1.389)	(4.057)
Juros - Debêntures	(49.087)	(29.653)
Comissões	(1.434)	-
Tarifas bancárias	(327)	(274)
Outras	<u>(537)</u>	<u>(2.238)</u>
	<u>(59.972)</u>	<u>(44.913)</u>

## 32. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Unidade de Negócios Infraestrutura

A Mills Infraestrutura atua no mercado de grandes obras, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança.

Unidade de Negócios Edificações

A Mills Edificações fornece equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes para o segmento de construções residenciais e comerciais. Possui o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, a Mills Edificações mantém equipes capacitadas a fornecer orientação técnica e a auxiliar no planejamento da obra, no detalhamento de projeto e na supervisão de montagem.



### Unidade de Negócios Serviços Industriais

Fornecimento de estruturas desenvolvidas para permitir o acesso de pessoal e materiais durante as fases de montagem de equipamentos e tubulações e para manutenção, preventiva e corretiva, em grandes plantas industriais, serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície e isolamento térmico.

A Companhia celebrou em 10 de julho de 2013, acordo para as vendas de ativos e passivos desta unidade de negócio, cuja operação foi concluída em 30 de novembro de 2013.

### Unidade de Negócios Rental

A Mills Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (autoridade mundial de acesso aéreo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico com profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Nenhum cliente individualmente contribuiu com 10% ou mais para a receita da Companhia em 2013 e 2012.

## Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Infraestrutura		Edificações		Serviços Industriais		Rental		Outros		Total	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)				(Reapresentado)	
Receita líquida	216.956	174.059	257.964	237.955	208.295	213.800	357.342	253.460	-	-	1.040.557	879.274
(-) Custos e despesas	(108.851)	(89.694)	(164.193)	(124.483)	(188.801)	(194.390)	(156.130)	(112.204)	(137)	-	(618.112)	(520.771)
(-) Depreciação e amortização	(30.476)	(24.839)	(40.060)	(31.024)	(5.846)	(11.364)	(60.506)	(41.392)	-	-	(136.888)	(108.619)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	8.296	-	8.296	-
Lucro antes do resultado financeiro	<u>77.629</u>	<u>59.526</u>	<u>53.711</u>	<u>82.448</u>	<u>13.648</u>	<u>8.046</u>	<u>140.706</u>	<u>99.864</u>	<u>8.159</u>	-	<u>293.853</u>	<u>249.884</u>
Receita financeira	3.113	2.448	4.363	3.977	1.067	1.453	5.127	4.172	553	-	14.223	12.050
Despesa financeira	(13.690)	(11.182)	(21.828)	(16.582)	(7.513)	(6.336)	(24.425)	(17.149)	(29)	-	(67.485)	(51.249)
Lucro antes do IRPJ/CSL	67.052	50.792	36.246	69.843	7.202	3.163	121.408	86.887	8.683	-	240.591	210.685
(-) IRPJ/CSL	<u>(18.749)</u>	<u>(14.264)</u>	<u>(10.135)</u>	<u>(19.616)</u>	<u>(2.284)</u>	<u>(889)</u>	<u>(33.948)</u>	<u>(24.400)</u>	<u>(2.883)</u>	-	<u>(67.999)</u>	<u>(59.169)</u>
Lucro líquido	<u>48.303</u>	<u>36.528</u>	<u>26.111</u>	<u>50.227</u>	<u>4.918</u>	<u>2.274</u>	<u>87.460</u>	<u>62.487</u>	<u>5.800</u>	-	<u>172.592</u>	<u>151.516</u>

## Ativo por segmento de negócio

	Infraestrutura		Edificações		Serviços industriais		Rental		Outros		Total	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imobilizado	271.685	214.221	369.569	309.293	-	73.162	583.222	406.671	-	-	1.224.476	1.003.347
Outros ativos	<u>118.462</u>	<u>117.365</u>	<u>209.426</u>	<u>195.548</u>	-	<u>133.393</u>	<u>161.489</u>	<u>127.016</u>	<u>87.392</u>	<u>87.392</u>	<u>576.769</u>	<u>660.714</u>
Ativo total	<u>390.147</u>	<u>331.586</u>	<u>578.995</u>	<u>504.841</u>	-	<u>206.555</u>	<u>744.711</u>	<u>533.687</u>	<u>87.392</u>	<u>87.392</u>	<u>1.801.245</u>	<u>1.664.061</u>

### 33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 33.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	25.798	44.200
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber de clientes	178.741	197.327
Depósitos Judiciais	10.053	11.853
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	63.359	53.986
Arrendamento financeiro	8.154	18.013
Debêntures	560.770	550.453
Contas a pagar a fornecedores	37.904	47.784
Passivos financeiros ao valor justo		
Derivativos - NDF	-	800
Derivativos - Swap	267	-
Ativos financeiros ao valor justo		
Títulos e valores mobiliários	-	159.606
Derivativos - NDF	7.516	-
Instrumentos financeiros patrimoniais		
Planos de opções de ações	25.858	15.859

#### 33.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013.

	Nível 2		Saldo total	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	-	159.606	-	159.606
Derivativos usados para <i>hedge</i>	<u>7.516</u>	<u>-</u>	<u>7.516</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>7.516</u>	<u>159.606</u>	<u>7.516</u>	<u>159.606</u>
Passivos financeiros				
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	800	-	800
Derivativos usados para empréstimos	<u>(267)</u>	<u>-</u>	<u>(267)</u>	<u>-</u>
Total do passivo	<u>(267)</u>	<u>800</u>	<u>(267)</u>	<u>800</u>

(a) Valor justo dos títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(b) Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(c) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

A administração da companhia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos com o BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função do BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

#### Empréstimos e financiamentos

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valor contábil</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
BNDES	TJLP	23.427	26.664	23.427	26.664
Capital de giro	CDI	40.027	27.134	39.932	27.322
Leasing	CDI	8.043	17.796	8.154	18.013
1ª Emissão de Debêntures	CDI	275.483	275.283	275.530	274.067
2ª Emissão de Debêntures:					
1ª Série	CDI	166.208	162.395	166.938	165.674
2ª Série	IPCA	119.718	113.783	120.803	113.992

#### (d) Valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

#### (e) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

### 33.3. Instrumentos financeiros derivativos

#### (a) Política de contratação de derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 (dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia para determinadas importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

- (b) As operações de NDFs podem ser resumidos conforme tabela a seguir:

<u>Tipo</u>	31/12/2013		
	<u>Valor de referência (nocional)</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valores a receber/ a pagar</u>
NDF	168.419	7.516	7.516
Compra a termo de Dólar Taxas contratadas 2,22 a 2,42 (USD)			

<u>Tipo</u>	31/12/2012		
	<u>Valor de referência (nocional)</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valores a receber/ a pagar</u>
NDF	152.868	(800)	(800)
Compra a termo de Dólar Taxas contratadas: 2,05 a 2,15 (USD)			

- (c) Swap

A operação, na modalidade de swap cambial, contratada pela Companhia, visa a proteção contra a exposição do empréstimo de US\$16,9 milhões (vide nota 16) à variação cambial. O swap cambial para essa operação consistiu na troca dos encargos de variação cambial mais juros de 2,31% a.a. por CDI acrescido de 0,29% a.a. Em 31 de dezembro de 2013, o valor justo apurado a pagar nesta operação foi de R\$267.

- (d) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap.

(e) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de *hedge* da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como *hedge accounting*.

A companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

Em 31 de dezembro de 2013, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente das operações de *hedge* da Companhia.

(f) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting* realizadas, as perdas e os ganhos verificadas nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens *hedgeados* (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. Em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$2.287 foi transferido do patrimônio líquido e deduzido no custo inicial dos equipamentos.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2013, o total dos ganhos não realizados com contratos futuros de moeda, reconhecido em "Outros resultados abrangentes", acumulado no Patrimônio Líquido dentro da rubrica ajuste de avaliação patrimonial e relacionado a essas compras futuras previstas, era de R\$5.188 (perda de R\$300 em 31 de dezembro de 2012). A previsão é de que as compras ocorrerão no próximo exercício, quando o valor então diferido no patrimônio líquido será incluído no valor contábil dos equipamentos importados.

(g) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

(h) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.



## 34. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, contrata seguros, cuja natureza e cobertura estão indicados a seguir até 31 de dezembro de 2013.

<u>Natureza dos seguros</u>	<u>Importâncias seguradas (em milhares de reais)</u>
Equipamentos Rental	959.263
Patrimonial	279.830
Responsabilidade civil	50.600
Responsabilidade civil de administradores	30.000
Veículos	2.972

## 35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 de novembro de 2013, a Companhia fez transferência de ativos líquidos não envolvendo caixa no valor de R\$90.396 (vide nota 29), como aporte de capital na Sociedade Mills SI Serviços Industriais Ltda. Este montante não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa. Também nesta mesma data, a Companhia celebrou com a Sociedade Mills SI Serviços Industriais Ltda, tendo a Albuquerque como interveniente, o contrato de compra e venda de ativos, transferência e assunção de obrigações e outras avenças. Através desse instrumento a Companhia transferiu à Sociedade R\$14.724 em ativos, por conta da assunção por parte da Sociedade do ônus de passivos no mesmo valor. Esse contrato não envolveu caixa, não estando, portanto, refletido na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia declarou juros sobre o capital próprio no montante de R\$37.507 (R\$36.170 em 31 de dezembro de 2012) líquido de imposto de renda.

Durante o exercício de 2013, a Mills adquiriu a prazo R\$32.837 em equipamentos como atividade de investimento não envolvendo caixa, portanto esse investimento não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa (R\$41.366 em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos de R\$7.516 referente a instrumentos financeiros derivativos, não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa.

## 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital social

A Companhia em Reunião do Conselho de Administração, aprovou o aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, através das emissões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em razão do exercício por beneficiários de opções de compra de ações outorgadas conforme os Programas de Outorga de Opções 01/2010, 01/2011, 01/2012 e 01/2013. As datas das aprovações, os programas, quantidades de ações, preços da ação e os montantes desses exercícios podem ser resumidos conforme tabela abaixo:

Plano de opções	Aprovação do Conselho de Administração	Quantidade de ações emitidas	Preço de emissão	Aumento de capital (em milhares)
Programa 2010	10/01/2014	6	13,02	-
Programa 2011	10/01/2014	5.772	21,51	124
Programa 2012	10/01/2014	711	5,76	4
Programa 2012	10/01/2014	3.000	20,39	61
Programa 2010	05/02/2014	50.174	13,13	659
Programa 2011	05/02/2014	13.825	21,70	300
Programa 2012	05/02/2014	3.554	5,81	21
Programa 2012	05/02/2014	11.250	20,56	231
Programa 2013	05/02/2014	7.710	6,78	52
Programa 2010	14/02/2014	1.820	13,16	24
Programa 2011	14/02/2014	3.890	21,74	85
Programa 2012	14/02/2014	<u>2.800</u>	20,60	<u>58</u>
		<u>104.512</u>		<u>1.619</u>

Implementação do sistema SAP

Em novembro de 2013 a Companhia implementou o SAP na Unidade de Negócio Mills Edificações. O processo de produção assistida foi concluído em dezembro de 2013.

Em 10 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a implantação do SAP com a implementação do sistema nas Unidades de Negócio Infraestrutura e Rental. O processo de produção assistida ocorrerá até o final do mês de março de 2014.

Com a implantação do SAP a Companhia unifica e padroniza seus sistemas de informação, visando a colocar num novo nível de eficiência seus controles internos, principalmente os operacionais e financeiros.

Acordo de Acionistas

Em 28 de fevereiro de 2014, A Companhia celebra novo acordo de acionistas, tendo sido mantidas as bases e premissas do acordo anterior, vigente até esta data.

A celebração deste novo acordo de acionistas não provoca qualquer alteração na estrutura administrativa e no controle da Companhia, que permanecem detidos pelos signatários do acordo de acionistas conforme definido anteriormente.

O acordo de acionistas da Companhia foi disponibilizado ao mercado na forma da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

---